

mundo moderno. As propostas inovadoras de território e de desterritorialização na filosofia de Deleuze e Guattari, apesar das restrições que fazemos à sua fundamentação pós-estruturalista e às vezes excessiva abrangência de suas conceituações, podem trazer algumas pistas para a articulação dessas novas leituras.

3

Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari¹

*(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.
(Deleuze no vídeo "L'abécédaire de Gilles Deleuze", filmado em 1988 por Claire Parinet,)*

Falar em desterritorialização leva obrigatoriamente à obra dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Como afirma Deleuze nesta citação introdutória, eles precisaram inventar uma "palavra bárbara" para identificar um processo com "pretensão nova", a entrada e saída do território. Embora tenhamos dúvidas se foram eles, efetivamente, os "inven-

¹ Uma versão prévia e resumida deste capítulo foi publicada originalmente como artigo (Haesbaert, R. e Bruce, G. [2002]. "A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari." *Revista Geográfica*, nº 7, Niterói), juntamente com o geógrafo Glaucio Bruce, com quem compartilho a autoria e a quem agradeço a imprescindível contribuição.



tores" do termo, é fato que a maior ênfase ao território como processo, como permanentemente "tornar-se" e desfazer-se, foi dada por eles? Não se trata, portanto, de buscar paternidades, mas de reconhecer a importância de Deleuze e Guattari como os principais teóricos da des-territorialização, tanto no sentido onto-epistemológico, por um território em constante fazer-se, quanto axiológico, de um certo "elogio" da des-territorialização.

Como afirma Kaplan (2000), com seu "pensamento nômade", Deleuze e Guattari estão entre os grandes "teóricos europeus pós-estruturalistas do deslocamento [*displacement*]" (p. 86). Embora nem todas as análises deem a mesma ênfase a esta noção, des-territorialização é um de seus conceitos-chave. "Toda a prática do pensamento deleuziano", diz Antonioni (1999:53), "é um processo de 'des-territorialização', de passagem perpétua de um território ao outro", rompendo os limites entre estética, ética e política.

Nossa análise irá se concentrar basicamente nas obras *O Anti-Édipo* (Deleuze e Guattari, s/d; publicação original: 1972), *Dialogues* (Deleuze e Parnet, 1987 [1977]), *Mil Platôs* (Deleuze e Guattari, 1980) e *O que É a Filosofia?* (Deleuze e Guattari, 1991), fazendo alguma referência, também, a *Kafka, pour une littérature mineure* (Deleuze e Guattari, 1975). Pela análise destes trabalhos pode-se afirmar que houve uma gradativa ampliação no uso do conceito, começando por uma associação com o sentido psicológico lacaniano de "territorialização", nas primeiras alusões de Guattari ao termo, nos anos 1960, passando pela análise das des-territorializações na máquina de produção desejante do capitalismo, nos

² Deleuze, em *Dialogues* (Deleuze e Parnet, 1987:134), afirma que foi Félix Guattari quem inventou as palavras territorialização e des-territorialização. Segundo Bogue (1999), Guattari começou a fazer uso dos conceitos de des-re-territorialização em discussões de psicologia de grupo, a propósito da identificação das massas com um líder carismático, "uma territorialização imaginária, uma corporificação de grupo fantasmática que encarna a subjetividade", e da tendência do capitalismo como força decodificadora des-territorializadora (F. Guattari em *Psychanalyse et transversalité* [1972-1974]; *apud* Bogue, 1999:86).

anos 1970, até a vasta concepção natural, sociológica e filosófica de território em *Mil Platôs* e *O que É a Filosofia*, nos anos 1980-90. É necessário destacar a forte vinculação da obra dos autores com a Geografia, principalmente (mas não apenas) através do conceito de des-territorialização³. Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a des-territorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas. Não são poucos, contudo, os mal-entendidos na tradução dos sentidos em que a expressão é utilizada. Nosso objetivo primeiro é, assim, elucidar um pouco mais a concepção de des-re-territorialização tal como eles nos apresentam, cientes do grande potencial que ela nos reserva para novas explorações no campo da Geografia. O caminho que iremos trilhar para o entendimento desta noção passa primeiro por uma breve abordagem da filosofia deleuze-guattariana em sua relação com a Geografia, segue depois pela noção de território, e, enfim, pela concepção de des-territorialização propriamente dita (tanto em seu sentido absoluto quanto relativo).

3.1. Conceitos para a Geografia?

A relação entre Deleuze-Guattari e a Geografia pode ser vista em duas perspectivas: a primeira, através da presença de questões ou de uma abordagem geográfica na sua própria obra, mesmo que sem alusões explícitas ao discurso dos geógrafos; a segunda, pelo discurso geográfico que faz uso da filosofia de Deleuze e Guattari. Começaremos pela segunda abordagem: o olhar geográfico sobre a obra destes autores.

Cabe lembrar, de saída, o quanto é relativamente recente o diálogo da Geografia com a obra destes filósofos. Mesmo na literatura anglo-saxônica, que é fundamentalmente onde eles se encontram presentes, o dicionário de maior referência (Johnston *et al.*,

³ Para uma visão mais ampla da "leitura espacial" em Deleuze e Guattari, ver Casey (1996, especialmente as pp. 301-308).



2000)⁴ e trabalhos marcantes, tidos por seus autores como partilhando um pensamento “pós-moderno”, em especial os de Harvey (1992[1989]) e Soja (1993[1989]), trazem uma leitura de autores pós-estruturalistas, como Foucault, e destacam sua contribuição para o diálogo com a Geografia, mas pouca ou nenhuma referência fazem às obras de Deleuze e Guattari. Apenas *O Anti-Édipo* é citado por Harvey e nenhuma citação dos autores é feita por Soja⁵.

O mesmo crivo dialético histórico-materialista com que os autores leram Foucault poderia, com as reconhecidas limitações ser utilizado para a leitura de Deleuze e Guattari. Apesar das sérias divergências com o materialismo dialético, é possível traçar vários pontos de conexão entre o marxismo e o chamado pós-estruturalismo. Para Hartert (1993), por exemplo, o pós-estruturalismo não deve ser avaliado pelas oposições que cria, pois o que ele propõe são “nuanças e alternativas”, sendo da sua natureza não se colocar em oposição binária ou contraditória com outras formas de pensamento.

Uma das melhores revelações da profunda perspectiva socio-crítica de Félix Guattari encontra-se no intenso diálogo travado com o Partido dos Trabalhadores brasileiro, reproduzido principalmente na obra escrita com Suely Rolnik nos anos 1980 (Guattari

⁴ A única referência a Deleuze e Guattari nesse dicionário ocorre no verbete “rizoma”, escrito por Nigel Thrift. Gostaríamos de ressaltar que, diferentemente, o dicionário francês de Geografia *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace* (Lévy e Lussault, 2003) introduziu os verbetes “Deleuze e Guattari” (Thierry Paquot) e “desterritorialização” (de nossa autoria).

⁵ Mesmo em seus últimos livros, *Thiendspace* e *Postmetropolis*, Soja (1996 2000, respectivamente) faz referências pontuais a Deleuze e a Guattari, ou em meio a outros autores, ora em citações rápidas, com destaque apenas para esta, reproduzida de forma idêntica nas duas obras: “Henri Lefebvre sugere que o poder sobrevive pela produção do espaço; Michel Foucault sugere que o poder sobrevive pelo espaço disciplinar; Gilles Deleuze e Félix Guattari sugerem que, para reproduzir o controle social, o Estado deve reproduzir o controle espacial. O que eu espero sugerir é que o espaço (o corpo humano é talvez o local mais crítico para observar a produção e reprodução do poder)” (1996:114 e 2000:361).

Rolnik, 1986), bem como em sua obra *Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo* (Guattari, 1987). Apesar de ter uma perspectiva bastante crítica em relação a Deleuze, Jameson (1999) é enfático no reconhecimento de suas ligações com o marxismo:

Penso que Deleuze está sozinho entre os grandes pensadores do assim chamado pós-estruturalismo, tendo concedido a Marx um papel absolutamente fundamental na sua filosofia — ao desobrir neste encontro com Marx o evento mais energizante de seus últimos trabalhos (p. 15).

Para Patton (2000), “embora eles não fossem marxistas em nenhum sentido doutrinário, uma temática anticapitalista impregna todos os seus escritos (...). Deleuze afirma sua simpatia por Marx e descreve o capitalismo como um fantástico sistema de fabricação de grande riqueza e de grande sofrimento” (p. 6). Esta ligação com o marxismo fica clara nas próprias palavras de Deleuze:

Creio que Félix Guattari e eu, talvez de maneiras diferentes, continuamos ambos marxistas. É que não acreditamos numa filosofia política que não seja centrada na análise do capitalismo e de seu desenvolvimento. O que mais nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema iminente que não pára de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital (Deleuze, 1992:212).

Embora autores como Antonio Negri proponham uma “renovação” do marxismo a partir da filosofia de Deleuze e Guattari, Patton destaca suas profundas divergências:

Apesar de sua adoção de aspectos da teoria social e econômica de Marx, existem pontos significativos nos quais Deleuze e Guattari abandonam as visões marxistas tradicionais. Eles rejeitam a filosofia marxista da história em favor de uma tipo-

logia diferencial dos macro e microagenciamentos que determinam o caráter da vida social. Rejeitam a idéia de que a tradição é o motor do progresso histórico e argumentam que a sociedade é definida menos pelas suas contradições do que por suas linhas de fuga ou desterritorialização. Rejeitam qualquer consideração interna ou evolucionista sobre as origens do Estado (...) [e] rejeitam o determinismo econômico (...) (p. 6).

Mais recentemente, os geógrafos têm assumido explicitamente posições ditas pós-estruturalistas (ou, mais comumente, de forma homóloga, pós-modernistas⁷), dirigindo um outro olhar para trabalhos como os de Derrida e Deleuze, curiosamente muito mais no Reino Unido e nos Estados Unidos do que na França, terra dos dois filósofos.

Um rápido balanço (não exaustivo) dos geógrafos que se posicionam frente ao pensamento deleuze-guattariano permitiu-nos identificar três vertentes:

— aqueles amplamente favoráveis à abordagem deleuziana, e que a incorporam plenamente, destacando-se Thrift (1995, 1997) e, de uma forma mais radical, o trabalho de Doel

⁶ A este respeito, encontramos a seguinte afirmação do próprio Deleuze: “uma sociedade nos parece definir-se menos por suas contradições do que por suas linhas de fuga, ela foge por todos os lados, e é muito interessante tentar acompanhar em tal ou qual momento como as linhas de fuga se delinham” (Deleuze, 1992:212). Ele considera também “as minorias [que não são obrigatoriamente minorias em sentido quantitativo] de preferência às classes” (p. 212).

⁷ Peters (2000) propõe uma distinção entre as duas correntes, enfatizando “a peculiaridade filosófica do pós-estruturalismo como um movimento que começa na França no início dos anos 1960 e que tem fontes específicas de inspiração no trabalho de (...) Nietzsche e Heidegger. O pós-modernismo, em contraste, desenvolve-se a partir do contexto do alto modernismo estético, da história da *avant-garde* artística ocidental que se seguiram à crise de representação que culminou com o cubismo, o dadaísmo e o surrealismo” (p. 17).

(1999), cujo livro *Geografias Pós-estruturalistas* encontra-se em parte inspirado (de forma exagerada, na nossa opinião) no “nomadismo”, na “esquizoanálise”, nas “dobras” e na desterritorialização de Deleuze e Guattari;

— os que reconhecem e defendem a perspectiva pós-estruturalista de Deleuze e Guattari, mas mantêm um maior distanciamento crítico, não abraçando com tanta ênfase e realizando cruzamentos, seja com o marxismo (como em Schurmer-Smith e Hannam [1994] e Gibson-Graham [1996, 1997]) ou com a teoria da rede-ator (Whatmore, 2002);

— os que se colocam explicitamente contrários a Deleuze e a Guattari, geralmente a partir de uma fundamentação marxista, como Peet (1998).

Segundo a lógica do pensamento de Deleuze e Guattari, Doel vê o espaço como algo sempre em processo, um permanente “formar-se” (ou “devir”, segundo a tradução brasileira). Para ele, “se algo existe, é apenas enquanto confluência, interrupção e coagulação de fluxos”. Em consequência, não há “última instância” ou estrutura primeira, solidez e fluidez nunca estão separadas, “a permanência é um efeito especial da fluidez” (p. 17). Por isso, o espaço é, antes de tudo, um processo, uma “espacialização” (*spacing*).

Thrift (1995) é outro autor que defende as posições de Deleuze e Guattari e um dos que mais aprofunda esta leitura. Buscando uma “teoria da prática”, ele parte da análise de duas correntes que distingue dentro do pós-estruturalismo. A primeira, “representacional-referencial”, e que envolve autores como Derrida e Lyotard, ainda se encontraria envolvida por um “espírito sistemático” iluminista, enquanto na segunda, vinculada a autores como Foucault e Deleuze-Guattari e com a qual o autor se identifica, há ecos de outros “teóricos da prática” que ele admira, como Bruno Latour.

Para Thrift, “Deleuze indica modos de escrever o mundo que são contínuos, que não se estabilizam num conceito de quadro do mundo (...)” (p. 28). Trata-se, assim, de uma leitura de mundo que valoriza os contextos, que nunca são totalmente explicados ou



determinados. E trata-se sobretudo de contextos espaciais — como comenta Casey (1998), Deleuze e Guattari têm uma “extrema sensibilidade” para “questões concretas de situação [*implacement*], o que se manifesta por “sua convicção de que *onde algo está situado* tem tudo a ver com o *como ele está estruturado*” (p. 302, grifos do autor).

Por fim, Thrift acredita que, no vazio de tratamento espacial que caracteriza o pós-estruturalismo, Deleuze e Guattari seriam as exceções⁸. O mais importante é que esta espacialidade seria antes de tudo movimento e encontro:

No mundo de Deleuze e Guattari há somente direção e movimento, nunca alguma estação fixa ou lugares finais. A espacialidade também exerce uma pressão extra: o espaço se torna um contínuo encontro, e o pensamento é uma consequência do estímulo do encontro (e não vice-versa) (Thrift, 1997:133).

Schurmer-Smith e Hannam (1994), embora de modo bem mais sutil, assumem de forma muito explícita sua fundamentação teórica pós-estruturalista. Logo na Introdução do livro, destacam a admiração que têm por Deleuze e Guattari, por “sua rejeição de estruturas simples, seu questionamento da racionalidade e sua priorização do desejo na interpretação do mundo” (p. 1). Adotando esta filosofia, os autores, tal como Doel, dão mais importância a “devir” (*becoming*) do que ao “ser”, tudo parecendo “negociável contingente, incompleto” (p. 2). Whatmore (2002), por sua vez, em suas *Geografias Híbridas*, faz uma das utilizações ao nosso ver mais sensatas da filosofia de Deleuze e Guattari, inclusive da sua “desterritorialização” num sentido aplicado, investigando fenômenos concretos e aliando em seu raciocínio a teoria da rede-ator a bio-filosofia e outras propostas teóricas pós-estruturalistas.

⁸ Pode-se discordar desta afirmação a partir da leitura de Casey (1998) especialmente o Capítulo 12 (pp. 285-330), intitulado *Giving a Face to Place in the Present: Bachelard, Foucault, Deleuze and Guattari, Derrida, Irigaray*.



Uma análise recente da história do pensamento geográfico,

talvez a primeira que dá destaque ao papel de Deleuze em relação à Geografia, e de modo amplamente favorável, é a de Hubbard *et al.* (2002). Os autores reservam três páginas e um “box” à obra de Deleuze, considerada “repleta de extraordinárias metáforas e passagens muitas vezes impenetráveis”⁹, mas também — certamente enfatizando a obra *O Anti-Édipo* — uma “tentativa marcante de retrabalhar as idéias de duas das mais importantes influências do século XX — Marx e Freud — para desenvolver uma filosofia materialista verdadeiramente revolucionária e crítica” (p. 90).

Numa outra leitura, oposta à dos autores até aqui comentados, Peet (1998), nas duas páginas do item de seu livro sobre o pensamento geográfico que dedica à “esquizoanálise” de Deleuze e Guattari, faz uma crítica contundente, mas no nosso ponto de vista apressada, a um trabalho que considera “anárquico”, “uma geografia nietzscheana de forças e intensidade levadas para além de todos os limites” (p. 212).

Tudo isto permite perceber a polémica que está envolvida na obra dos dois autores. Bem se pode perceber, a partir da análise destas abordagens geográficas da filosofia deleuze-guattariana, o quanto ela está sujeita a interpretações divergentes e até mesmo diametralmente opostas, entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, o materialismo e o idealismo, a “revolução” e o conservadorismo. Isto já nos prepara para as dificuldades que iremos enfrentar ao encarmos o pensamento dos autores sobre a desterritorialização.

Embora a concepção de desterritorialização seja central na obra de Deleuze e Guattari, nenhum dos geógrafos que trataram

⁹ Esta idéia de “abuso das metáforas”, relativamente freqüente entre os intérpretes de Deleuze e Guattari, é contestada por Patton (1997), que afirma que se tratam efetivamente de novos conceitos, tese que é defendida pelo próprio Deleuze ao distinguir entre dois tipos de noções científicas, aquelas “exatas” em natureza, que o filósofo só pode usar metafóricamente, e aquelas “essencialmente inexasas” e que pertencem assim “igualmente a cientistas, filósofos e artistas”.



destes autores concentrou sua análise neste tema. Somente autores fora da Geografia, como Holland (1991), Kaplan (2000) e Patton (2000), enfatizaram especificamente a desterritorialização. Por isso, ainda que não comunguemos da mesma forma com as posições filosóficas de nossos dois autores, consideramos este trabalho uma contribuição importante, enquanto leitura centrada na sua percepção de território e sua dinâmica de destruição e reconstrução.

De uma outra perspectiva, a da "geografia" na própria obra de Deleuze e Guattari, podemos dizer que, de várias maneiras, ela encontra-se amplamente presente. Roberto Machado (1990) dá ênfase à "geograficidade" da genealogia deleuzeana, afirmando:

Sua característica mais elementar é o fato de ela se propor mais como uma geografia do que propriamente como uma história, no sentido em que, para ela, o pensamento, não apenas e fundamentalmente do ponto de vista do conteúdo, mas de sua própria forma, em vez de constituir sistemas fechados, pressupõe eixos e orientações pelos quais se desenvolve. O que acarreta a exigência de considerá-lo não como uma história linear e progressiva, mas privilegiando a constituição de espaços, de tipos (p. 9).

Machado fala então de uma "geografia do pensamento" deleuzeana, "profundamente dualista", baseada em dois espaços heterogêneos e antagônicos, propriedade não apenas da filosofia, mas do pensamento em geral. Deleuze chega até mesmo "a utilizar a expressão 'dualidade primordial' para situar a relação entre dois tipos de espaço: o espaço liso (vetorial, projetivo, topológico) e o espaço estriado (métrico)" (1990:11)¹⁰.

¹⁰ Machado comenta aqui o Capítulo 14 de *Mil Platôs*, "O Liso e o Estriado", um dos mais geográficos dos autores. Este "dualismo" é questionado por outros autores: Mengue (2003), por exemplo, ao comentar a "dupla face do social", molar ou segmentaridade rígida e molecular ou segmentaridade flexível e mutante, afirma que as dualidades, enquanto oposições binárias, formam a dimensão "dura" das instituições de poder, inseparável, porém, da dimensão plural e múltipla, "rizomática", alheia a todo tipo de dualismo.



Uma das principais dificuldades em se trabalhar com um conceito na obra de Deleuze e Guattari, seja ele a desterritorialização, o duo molar-molecular ou o rizoma, é que conceito para eles é algo fugido, literalmente "rizomático" e múltiplo ("articulação, corte e superposição"), fazendo sempre referência a outros conceitos¹¹ (tanto em seu passado quanto em seu presente e em seu devir [Deleuze e Guattari, 1992]). Mas, o que é ainda mais relevante, o conceito é criado e pensado pela filosofia, não se trata do conceito científico:

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. Destacar sempre um acontecimento das coisas e dos seres é a tarefa da filosofia quando cria conceitos, entidades. Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos... (1992:46).

Poderíamos alegar que há um "potencial idealista" nesta posição (o conceito como conhecimento, mas conhecimento do conhecimento). Mas isto seria reduzir o pensamento deleuzeano a um sentido clássico, representacional. Para eles, o próprio conceito é um acontecimento, "o novo evento das coisas e dos seres". Eles

¹¹ Allié (1993) afirma que "o conceito do conceito é o conceito dando a perceber a modalidade de sua aparição na descrição de suas operações e de sua organização interna de multiplicidade processual (neste sentido, criar conceitos é fazer de todo conceito o conceito de seu próprio conceito: o conceito como criação, processo singular, não-universal: autopoção do conceito. Teremos percebido que os 'grandes' conceitos criados por Deleuze e Guattari são todos conceitos de conceito?" (p. 100, grifo do autor).



ressaltam freqüentemente que não se trata de separar o conteúdo da expressão, a natureza da história, o material do imaterial.

Dелеuze “considera o campo que é o conceito como sendo *absolutamente real*. É absoluto no sentido de que não está em lugar algum nas coordenadas de extensão de espaço-tempo, e é também perspectivo, pois a variação do campo aborda sempre, sob um certo ângulo, uma singularidade da sua própria co-presença” (Massumi, 1996:39).

A filosofia oscilaria entre um “ignorar tudo a respeito do conceito” (que seria então delegado ao âmbito da ciência) e um “conhecimento de pleno direito e de primeira mão, a ponto de nada dele deixar para a ciência, que, aliás, não tem nenhuma necessidade de dele e que só se ocupa de estado de coisas e de suas condições”. O conceito da filosofia seria uma espécie de “conceito primeiro”, talvez pudéssemos dizer, e a grandeza da filosofia “avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos” (Deleuze e Guattari, 1992:47)¹².

A criação de conceitos seria “um problema de vizinhança, de conexão de um com o outro, um problema de repartição de conceitos e não de atribuição de um conceito a um domínio da realidade”, diz Antonioni (1999:56). O pensamento e o seu devir seriam uma questão referente a grupos humanos, meios, territórios, tratando-se “mais de geografia do que de história”. Holland (1996) utiliza o termo “transformadores” (*transformers*) para enfatizar o poder de transformação desses conceitos. Ao contrário da ciência, que busca especificar e estabilizar domínios específicos do real, os conceitos na filosofia intervêm em problemáticas para desestabilizar, criando novas conexões não só com outros conceitos como com o próprio

contexto histórico-geográfico. Trata-se, pois, de saber mais como o conceito “funciona” ou o que se pode “fazer” com ele do que propriamente explicar seu significado. Assim, os conceitos “não possuem um conteúdo independente, autônomo, a não ser o que eles adquirem através do uso num contexto” (Holland, 1996:240).

Esta valorização dos contextos ou daquilo que Deleuze e Guattari denominam de “*milieu*” dá à Geografia um papel central na obra dos autores. O novo paradigma, diz Eric Alliez, envolve pensar em termos de devir e não de evolução, em qualidades expressivas e não em funções, um pensamento processual, “novo paradigma estético implicando o gesto experimental de uma razão contingente, mais geográfica e etológica do que histórica (...)” (p. 94). É, no mínimo, curioso como, num pensamento centrado no movimento, nas conexões, a dimensão geográfica, e não a histórica, emerge com tamanha força. Trata-se, por certo, da valorização das simultaneidades, dos devires e de um tipo específico de conexão, o do “rizoma”, ou seja, muito mais os contextos e interações do que as filiações e as sucessões.

Isto se deve, em grande parte, ao fato de Deleuze e Guattari distinguirem devir (a criação do novo) e história. Nas próprias palavras de Deleuze, “devires pertencem à geografia, são orientações, direções, entradas e saídas” (Deleuze e Parnet, 1987, *apud* Gibson-Graham, 1996:84). Segundo Mengue (2003), uma análise puramente histórica omite o “essencial”, que é a criação, o “intempestivo”, o inesperado e o surpreendente:

O devir deleuziano necessita da história (dos estados de coisas) para não permanecer indeterminado (ele não é separável), mas ele escapa da história, nunca coincide nem se reduz ao que é empiricamente constável, observável numa sucessão histórica centrada nos três momentos do passado, do presente e do futuro. O devir irrompe no tempo, mas não provém dele, não se reduz a ele (pp. 26-27).

¹² Para um maior aprofundamento, sugerimos a leitura do livro *O que É a Filosofia?* (1992), onde os autores vão distinguir conceitos filosóficos de conceitos científicos (que eles vão chamar de funções), assim como a interpretação feita por Patton (2000), especialmente no Capítulo 2, “Concept and Image of Thought”.

Por mais polémicas que sejam estas proposições, devemos reconhecer que há muitas pontes a serem construídas sob a inspiração da "des-territorialização" deleuze-guattariana, incluindo sem dúvida a possibilidade de, à luz da geografia de dois eventos, reconstruí-la, recriá-la, reconduzindo-a por outros caminhos. Em síntese, nosso objetivo é enriquecer o pensamento geográfico através do desvendamento da concepção de desterritorialização em Deleuze e Guattari, sobretudo enquanto questão filosófica, mas também pelo seu potencial, muitas vezes implícito, na construção de um projeto político e de um espaço efetivamente criativo-transformador. Patton (2000) afirma que a idéia de filosofia de Deleuze e Guattari, como formuladora de conceitos que são inseparáveis da realidade vivida, implica que "o teste desses conceitos" seja "fundamentalmente pragmático: no final, seu valor é determinado pelos usos que se pode fazer deles, tanto no interior quanto no exterior da filosofia" (p. 6).

3.2. As multiplicidades, o rizoma e as segmentariedades

A filosofia de Deleuze e Guattari é denominada pelos próprios autores uma "teoria das multiplicidades", colocando-se assim entre os polêmicos autores ligados às chamadas filosofias da diferença, que tanto marcam a chamada pós-modernidade. Embora eles nunca tenham utilizado o termo "pós-moderno" para caracterizar suas obras (Guattari chegou mesmo a condenar a noção de pós-modernidade), não há dúvida de que eles se situam, no mínimo, no limiar da modernidade. Para Mengue (2003), "o pensamento deleuzeano ocupa uma posição dupla, ambivalente, um pé situado no ocaso da modernidade e da vanguarda revolucionária, outro no surgimento da pós-modernidade que vela a Revolução" (p. 14)

As multiplicidades constituem a própria realidade, propõem assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. Embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são "processos que se pro-

duzem e aparecem nas multiplicidades", estas "não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito" (Deleuze e Guattari, 1995a:8). Seu "modelo de realização", portanto, não é a hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma.

Deleuze e Guattari, assim, constroem seu pensamento através do modelo do rizoma. Neste, os conceitos não estão hierarquizados, não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades. Enquanto o modelo da árvore-raiz é "decalque", reprodução ao infinito, o rizoma-canal é "mapa", "voltado para uma experimentação ancorada no real", aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas, ao contrário do decalque, que "volta sempre 'ao mesmo'" (Deleuze e Guattari, 1995a:22).

Esta proposta rizomática do pensamento busca se contrapor, mas sem negar, o pensamento arborescente¹³. O pensamento arborescente, ou simplesmente em árvore, é aquele que opera por hierarquização e pela centralidade, ou seja, estabelece um centro de origem (uma genealogia), como os autores exemplificam:

¹³ Não podemos entender esta contraposição como uma oposição onde um termo tenta eliminar o outro, mas sim devemos perceber uma relação de tensão e de complementaridade, como veremos mais adiante. Também é importante ressaltar que não se trata simplesmente de um novo dualismo ou conjunto de modelos (árvore-raiz x rizoma-canal): "Nem outro nem novo dualismo. Problema de escrita: são absolutamente necessárias expressões anexatas para designar algo exatamente (...) a anexatidão não é de forma alguma uma aproximação; ela é, ao contrário, a passagem exata daquilo que se faz. Invocamos um dualismo para recusar um outro. Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo modelo" (Deleuze e Guattari, 1995a:32).

qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que ficam um ponto, uma ordem. A árvore linguística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cada coisa semiótica de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadências biológicas, políticas, econômicas etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (1995a:15).

A árvore remete-se a centros de poder, a hierarquia, estruturas e relações binárias e binívocas. Os autores afirmam que "a lógica binária e as relações binívocas dominam ainda a psicanálise (...), a linguística e o estruturalismo, e até mesmo a informática" (1995a:13). Instituições e aparelhos de poder como o Estado, a escola e a fábrica também se organizam de forma arborescente.

Deleuze e Guattari irão chamar a atenção para a relação entre o rizoma e a árvore. Apesar de criticar a árvore, afirmam que existe uma relação entre os dois, que um transpassa o outro, modificando mutuamente sua natureza:

O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos: um [a árvore] age como modelo e como decalque transcendentes, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro [o rizoma] age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despojado (Deleuze e Guattari, 1995a:31).

Isto significa dizer que, mesmo no rizoma, podem existir segmentos que vão endurecer e tornar-se árvore, ao mesmo tempo em que na árvore pode se dar a constituição de um rizoma. Os autores vão afirmar, por exemplo, que "as sociedades primitivas têm núcleos de dureza, de arborificação, que tanto antecipam o Estad

quanto o conjuram. Inversamente, nossas sociedades continuam banhando num tecido Flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam" (1996:90). Na obra dos autores, as sociedades primitivas remetem-se ao rizoma; no entanto, podemos perceber que elas próprias têm arborescências dentro de si, ao passo que as sociedades capitalistas, identificadas mais com a arborescência, necessitam do rizoma (o tecido flexível) para existirem.

Em outras palavras, o par rizoma-árvore se relaciona fortemente com outro, central na obra dos autores, as "segmentaridades" rígida e flexível, ou molar e molecular: "Toda sociedade, mas também todo indivíduo, é atravessado pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. (...) sempre uma pressupõe a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*" (Deleuze e Guattari, 1996:90, grifos dos autores).

Em *Dialogues*, Deleuze se refere a "linhas" de distintas naturezas que constituem os indivíduos ou grupos, e acrescentam às linhas de segmentaridade molar e molecular as chamadas linhas de fuga ou de desterritorialização efetiva, abstratas, as "de maior gradiente", que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente (Deleuze e Parnet, 1987:125). Nem todos os indivíduos vivenciam os três tipos de linhas, as da segmentaridade rígida ou molar (segmentos claramente definidos, ligados à família, à escola, ao trabalho), as da segmentaridade flexível ou molecular (reino do "devenir" e da desterritorialização relativa) e as linhas de fuga, consideradas primordiais, pelo poder de transformação que carregam — a "desterritorialização absoluta" que enfocaremos mais adiante.

Deleuze afirma que o estudo destas três linhas é o objetivo central de seu trabalho, seja ele chamado de esquizoanálise, micropolítica, pragmática, diagramatismo, rizomática ou cartográfica. A distinção e, ao mesmo tempo, a imbricação (na forma de conjugação ou de conexão) entre estas linhas devem ser destacadas. Trata-se de temática que será retomada nos capítulos finais, relacionada às nossas concepções de território, rede e aquilo que denomina-

mos "aglomerados humanos de exclusão". A relação que Deleuze faz com as figuras do sedentário (linha molar), do migrante (linha molecular) e do nômade (linha de fuga ou desterritorialização) permite visualizar, já aqui, a força que ele concede à ideia de movimento e, de certa forma, à sua enorme positividade¹⁴. Em certo momento do texto ele destaca em letras maiúsculas, ao citar Kierkegaard, "Só movimentos me interessam" (Deleuze e Parnet, 1987:127).

A linha de fuga ou de desterritorialização é considerada o elemento essencial da política, mas ela é imprevisível. Política "experimentalmente ativa", pois não podemos pré-delinear seu caminho (Deleuze e Parnet, 1987:137). Uma sociedade, antes de ser definida por suas contradições, como na linguagem marxista, é definida pelas linhas de fuga que afetam massas de todo tipo¹⁵, pelos pontos ou fluxos de desterritorialização.

A obra dos autores é marcada por esse movimento de relações múltiplas, coexistentes e, de certa forma, complementares. Como já vimos, não há um pensamento binário, de simples oposição entre os termos: não há oposição entre molar e molecular, rizoma e árvore. Os autores procuram pensar e criar por rizoma, buscando os encontros, os acontecimentos e os agenciamentos.

Por agenciamento, Guattari e Rolnik se referem a uma "noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem bioló-

¹⁴ Muitas vezes, os autores desenvolvem uma visão demasiado positiva de processos de desterritorialização, como se eles, moldados pela multiplicidade de posições e alheios a qualquer regulação centralizada, pudessem garantir, através deste pluralismo, a proliferação de alternativas dentro de um poder não totalizante ou "molar", mas múltiplo, "molecular". Para uma crítica a estas posições políticas, ver Mengué, 2003.

¹⁵ Para Deleuze, massa, que ele frequentemente contrapõe a classe, é uma forma de ação, associada às segmentariedades moleculares, e não uma posição social claramente definida, de modo que desterritorialização das "massas" e reterritorialização das "classes" pode estar presente num mesmo movimento ou agente social.

gica quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária" (1986: 317). Ao contrário das estruturas, que "estão sempre ligadas a condições de homogeneidade", os agenciamentos são co-funcionais, uma simbiose (Deleuze e Parnet, 1987:52). O agenciamento é uma multiplicidade que inclui tanto linhas molares quanto moleculares; trata-se da "unidade real mínima" que ele propõe no lugar da palavra, do conceito ou do significante (Deleuze e Parnet, 1987: 51). Na definição muito simples dada por Goodchild (1996) em seu *Glossário*, trata-se de "um conjunto de partes conectadas que tem uma consistência" (p. 217).

Pensar estes agenciamentos é, sem dúvida, pensar em uma Geografia, uma Geografia das multiplicidades e das simultaneidades como condição para o próprio movimento, a própria História (ou o devir), pois o agenciamento é, antes de tudo, territorial. Não há História nem devir (criação) possível sem esses encontros, sem esses agenciamentos¹⁶. Desta forma, para discutirmos a desterritorialização e a reterritorialização, precisamos primeiro articular os

¹⁶ Como enfatizam diversos autores: "Ao meio-espaco, caracterizado por mil fenômenos exteriores, é preciso acrescentar o meio-tempo, com suas transformações contínuas, suas repercussões sem fim. Se a História começa por ser 'toda geografia', como disse Michelet, a geografia se torna gradualmente 'história' pela reação contínua do homem sobre o homem" (Reclus, 1985:57); "A frase pode parecer extravagante, mas os seres humanos 'fazem sua própria geografia' não menos do que 'fazem sua própria história'. Isto significa que as configurações espaciais de uma vida social são uma questão de importância tão fundamental para uma teoria social como as dimensões da temporalidade, e, como já enfatizei com frequência, para muitos fins é conveniente pensar em termos de um espaço-tempo ao invés de tratar tempo e espaço separadamente" (Giddens, 1991:28); "A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço em que vivemos está impregnado de história. (...) Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica, e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente" (Gonçalves, 2002:229).



conceitos que nos permitem pensar estes processos. O primeiro conceito fundamental para discutir as questões propostas é o conceito de território.

3.3. O conceito de território e seus componentes

Através de Deleuze e Guattari é possível "fazer a leitura de social desde o desejo, fazer a passagem do desejo ao político, no quadros dos modos de subjetivação" (Guattari e Rohik, 1986:316). Eles propõem pensar o desejo como um construtivismo, renunciar do ao par sujeito-objeto (aquele que deseja e aquilo que é desejado), e vendo o desejo como uma força ativa primária que requer uma máquina¹⁷ ou agenciamento (Patton, 2000). Tal como o poder na abordagem de Foucault, que é produtivo (e não só repressivo) constituinte de toda relação social, organizado em torno de dispositivos como a "máquina" panóptica, em Deleuze e Guattari trata-se do desejo, também agenciado por "máquinas" e tendo um sentido produtivo, construtivo.

Nunca desejamos só uma coisa, desejamos sempre um conjunto de coisas. Por exemplo, uma mulher não deseja apenas um vestido

¹⁷ Goodchild (1996) define "máquina" simplesmente como "um agenciamento de partes que trabalha e produz" (p. 218). Guattari e Rohik (1986) por sua vez, afirmam: "as máquinas, consideradas em suas evoluções históricas, constituem (...) um *physium* comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades (...) no sentido lato (isto é, não só máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa etc. O desejo é maquinico por ele produzir, é criativo, agencia elementos. Não podemos reduzir essa concepção de desejo ao simples maquinismo, como uma herança de algum tipo de racionalismo ou como uma metáfora de apologia ao mecânico como superior ao humano" (p. 320).

mas deseja também pessoas olhando para ela, deseja uma festa onde possa usar o vestido, deseja uma cor, uma textura, um músico não deseja apenas um bom instrumento, ele quer harmonia, sonoridade, uma platéia, um lugar etc. Desta forma, o desejo vem sempre agenciado. Nesta concepção, o desejo (mais do que o poder, na visão foucaultiana) cria territórios, pois ele compreende uma série de agenciamentos. E a territorialidade, como veremos, é central na construção desses agenciamentos. Como afirma Goodchild (1996):

Cada pessoa tem relações ecológicas com o seu ambiente: ao invés do pensamento dominar a natureza, ele é imanente à natureza e à sociedade, e seu conhecimento de tais relações é uma ecossófia [Guattari]. O pensamento somente se relaciona ao ser através de algo que se estende externamente aos dois: um plano de desejo (pp. 65-66).

Como já vimos no Capítulo 2, embora de forma polêmica, a territorialização pode ser abordada inclusive no mundo dos animais. Deleuze e Guattari, utilizando o conceito numa perspectiva filosófica tão ampla, obviamente reconhecem que a importância de formar territórios aparece já no mundo natural, o homem podendo mesmo ser definido, de uma forma excessivamente genérica, como "animal desterritorializado" (Deleuze e Parinet, 1987:134).

Deleuze, no vídeo "L'abécédaire de Gilles Deleuze" (1988), comenta sobre a importância do território para os animais, afirmando que todo animal tem "um mundo específico", desde ambientes muito reduzidos, indispensáveis a sua reprodução, como o "território" dos carrapatos. Este "mundo específico" dos animais não seria extensível ao homem, que "não tem um mundo", mas "vive a vida de todo mundo". Trata-se, portanto, de uma primeira distinção entre as duas territorialidades.

Este espaço que constitui um "pequeno mundo" exige a definição de um contexto próprio, delimitado, por exemplo, por odores que os animais carregam e difundem, marcando seu território. Reconhecendo que diferentes espécies animais têm distintas relações

com o território através de uma distinção relativa entre “animais de território” e “animais de meio”, Deleuze afirma que “os animais com território são prodigiosos”.

Genosko (2002) destaca o questionamento que Deleuze e Guattari fazem da leitura de Konrad Lorenz em relação ao território (da Etologia) como tendo base na agressividade, instinto cuja função é de preservar as espécies. O território animal seria também marca, sinal, um “devenir expressivo”, como ocorre com determinados tipos de peixes e pássaros, cujas cores e sons demarcam “esteticamente” seus territórios. O ponto-chave seria que “o território (posse) emerge com a expressão”, o que leva os autores mais longe, associando-o, mesmo entre os animais, a um “resultado de arte”:

Simplemente, se o território é o resultado do devenir expressivo dos componentes do meio, o que significa que qualidades expressivas (produzidas ou selecionadas) podem ser chamadas de arte, então o território é resultado de arte, o que fica muito distante de baseá-lo em agressividade (Genosko, 2002:50).

Assim como é possível visualizar (de forma polêmica) esta passagem da Etologia à arte, também é possível passar da Etologia à Psicologia. Günzel (já citado), considerando a leitura de Deleuze e Guattari, analisa a perspectiva etológica de território, destacando a relativa estabilidade e localização que ele garante ao coletivo de animais, e a partir daí considera o ambiente de uma pessoa, seu “espaço de vida pessoal”, que acaba adquirindo a conotação de um território a nível psicológico.

Na verdade, apesar de alguns autores restringirem a visão deleuze-guattariana de território a um nível meramente psicológico (como Tomlinson, 1998¹⁸), ela é de tamanha amplitude que engloba

¹⁸ O autor, comentando a diversidade de sentidos do termo desterritorialização (ao qual dedica um capítulo inteiro de seu livro), afirma que não seguirá a análise na linha de Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo* porque estes utilizam o termo “denotando os efeitos psicoculturais do capitalismo” (p. 213).

todas estas versões e ainda vai além: tudo é passível e está envolvido no movimento de territorialização e desterritorialização. Trata-se na verdade de uma vasta mudança de escala: iniciando com o território etológico ou animal (1), passamos ao território psicológico ou subjetivo (2) e daí ao território sociológico (3) e ao território geográfico (4) (que inclui a relação sociedade-natureza). Trata-se de distintas e às vezes sobrepostas interpretações cuja relação poderia ser visualizada da seguinte forma:



Deleuze e Guattari vão ainda mais longe, desenhando uma quinta esfera que, de certa forma, está por sobre e ao mesmo tempo para além de todas as outras: para eles, território é um conceito fundamental da Filosofia. Dizemos “de certa forma” porque não se trata, seguindo o raciocínio dos autores, de uma simples hierarquização, um conceito simplesmente englobando o outro numa diferença de grau ou de intensidade, nos termos de Bergson (Deleuze, 1999) — trata-se antes de tudo de uma diferença de natureza, pois o conceito de território em Deleuze e Guattari tem outro conteúdo. Como afirma Félix Guattari no livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo*:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia [e a Geografia, deveríamos acrescentar]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda



uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guattari e Rolnik, 1986:323).

Busquemos então aprofundar a concepção de território nesta ótica. Como já indicamos, a territorialidade é uma característica central dos agenciamentos. Deleuze e Guattari afirmam que:

Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolve, pois sempre há alguma: dentro de sua latitude ou sobre o banco, os personagens de Beckett criam parisi um território. Descobrir os agenciamentos territoriais de alguém, homem ou animal: "minha casa". (...) O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos; por isso, o agenciamento ultrapassa também o simples "comportamento" (...) (1997:218).

É necessário, assim, entendermos de forma mais clara esta imbricação território-agenciamento. Para situar os processos de territorialização e desterritorialização no interior dos agenciamentos, reformulamos a síntese proposta por Patton (2000:44) e, com base na Conclusão de Mil Platôs, construímos o seguinte esquema

Quadro 3.1. Agenciamentos e seus "eixos".

	<i>Conteúdo — componentes não-discursivos</i>
	<i>sistema pragmático (ações e paixões)</i>
	<i>Agenciamentos maquînicos de corpos</i>
<i>Eixo 1 — Territorialidade</i>	
<i>(campos de interioridade)</i>	<i>Expressão — componentes discursivos</i>
	<i>sistema semiótico</i>
	<i>(regime de signos)</i>
	<i>Agenciamentos coletivos de enunciação</i>

Eixo 2 — Desterritorialização seguindo estas linhas, o agenciamento não apresenta mais conteúdo nem expressão distintas,

"mas comumente matérias não formadas, forças e funções desestrutificadas"

Os agenciamentos são, assim, moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e sem hierarquia entre si. Um território, portanto, pode ser visto como o produto "agenciado" de um determinado movimento em que predominam os "campos de interioridade" sobre as "linhas de fuga", ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo.

Os agenciamentos extrapolam o espaço geográfico. Por esse motivo, o conceito de território dos autores é extremamente amplo, pois como tudo pode ser agenciado, tudo pode ser também desterritorializado e reterritorializado. A construção do território, ou seja, o processo de territorialização, diz respeito, assim, ao movi-



mento que governa os agenciamentos e seus dois componentes: os agenciamentos coletivos de enunciação e os agenciamentos maquínicos de corpos (ou de desejo).

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as *relações* entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade:

Um regime alimentar, um regime sexual regulam, antes de tudo, misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas. Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou que as tornam possíveis (Deleuze e Guattari, 1995b:31).

Aqui é importante lembrar que, tal como na não-dicotomização geográfica entre *Natureza e sociedade*, não é possível ver o corpo social fora do corpo da *Natureza*, pois se trata de um só corpo de multiplicidades. Talvez por isso os autores comecem a discussão sobre o território a partir da própria *Natureza*, do mundo animal. Esta discussão nos reporta à noção de híbridos de Bruno Latour (1991), e, tal como na perspectiva deste autor, oferece pistas para pensar a "proliferação de híbridos" sociedade-natureza que os modernos produziram, mas que, ao contrário de pensá-los em seu hibridismo, continuaram sendo interpretados através dos binarismos e das lógicas identitárias.

Como o corpo sociotécnico vai se relacionar com os fluxos da *Natureza*? Nas sociedades tradicionais, por exemplo, esta relação se dava sem uma exterioridade ou dicotomia entre corpos. Um outro exemplo citado pelos autores e que nos ajuda a pensar este agenciamento é o agenciamento feudal. "Considerar-se-ão as misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra e o corpo social, os corpos do suzerano (*sic*), do vassalo e do servo, o

corpo do cavaleiro e do cavalo (...) — é tudo um agenciamento maquínico" (Deleuze e Guattari, 1995b:30).

Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados, a um "regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua" (1995b:32). Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois sua produção só pode se efetivar no próprio *social*, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos.

Neste momento é preciso atenção e cuidado. Não podemos reduzir o estado de corpos aos enunciados coletivos. Deleuze e Guattari deixam muito claro que os agenciamentos maquínicos de corpos (conteúdo) têm uma forma, assim como os agenciamentos coletivos de enunciação (expressão) também têm uma forma. Logo, não podemos dizer que os agenciamentos coletivos são a expressão dos agenciamentos maquínicos de corpos. Não há esta relação de reduzir um ao outro, ou uma relação dicotômica entre "regimes de signos" e "estatuto de estados de coisas"¹⁹.

O que eles afirmam é que existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, intervem um no outro, trata-se de um movimento recíproco e não hierárquico. Isto acontece porque os agenciamentos coletivos de enunciação fixam atributos aos corpos de forma a recortá-los, ressaltá-los, precipitá-los,

¹⁹ "(...) as formas, tanto de conteúdo quanto de expressão, tanto de expressão quanto de conteúdo, não são separáveis de um movimento de desterritorialização que as arrebatava. Expressão e conteúdo, cada um deles é mais ou menos desterritorializado, relativamente desterritorializado segundo o estado de sua forma. A este respeito, não se pode postular um primado da expressão sobre o conteúdo ou o inverso. Os componentes semióticos são mais desterritorializados que os componentes materiais, mas o contrário também ocorre. Por exemplo, um complexo matemático de signos pode ser mais desterritorializado do que um conjunto de partículas; mas as partículas podem, inversamente, ter efeitos experimentais que desterritorializam o sistema semiótico" (Deleuze e Guattari, 1995b:28).



retardá-los etc.²⁰. Dentro deste movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui.

Uma aula é um território porque para construí-la reunimos de forma integrada um agenciamento coletivo de enunciação e um agenciamento maquínico de corpos. A mão cria um território na ferramenta de que faz uso, assim como a boca cria um território ao ser acoplada ao seio. O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha esta amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo — desejo entendido sempre como uma força “maquínica”, ou seja, produtiva. Deleuze e Guattari articulam, assim, desejo e pensamento. Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que este movimento de territorialização represente um conjunto integrado de agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação.

O território pode ser construído em um livro a partir do agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação, neste caso um sistema sintático e semântico, por exemplo. Cria-se um território dos Krenak, onde agenciamentos maquínicos de corpos estão fixados diretamente na Terra, onde a circulação dos fluxos desejantes se inscreve diretamente na Terra. Criam-se agenciamentos coletivos de enunciação para recortar o Sol e a Lua, por exemplo, e fixar-lhes atributos.

Podemos afirmar, ampliando o raciocínio dos autores, que o território, por compor um agenciamento e ser assim, por sua vez, composto por agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos

²⁰ Como este não é o objetivo do nosso trabalho, sugerimos ao leitor que busque a discussão na obra *Mil Platós*, Vol. 2, Capítulo 4 (“Postulados da Linguística”), onde os autores deixam muito claro que não podemos reduzir ou hierarquizar os agenciamentos, mas sim procurar seu relacionamento recíproco. Deve-se atentar também para a concepção bastante ampla que é proposta para termos fundamentais como “corpos” e “atos” (a este respeito, ver sobretudo a referência aos estícos na p. 26).

tos coletivos de enunciação, carrega igualmente consigo o processo, a dinâmica fundamental de des-re-territorialização. Este ponto é fundamental na obra dos autores: *os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização*. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma *relação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle.

3.4. Desterritorialização e reterritorialização: a criação e a destruição de territórios

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num inenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratégicas matérias e mentais (Guattari e Rolnik, 1986:323).

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (Deleuze e Guattari, 1997b:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação.

O movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização ou “proposição maquínica”.

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorializações horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio (1996:41).

Deleuze esclarece melhor estes processos afirmando:

Quando nos dizem que o humanoíde tirou suas patas dianteiras da terra e que a mão é antes de tudo locomotora, portanto preensível, estes são os limites ou os quanta de desterritorialização, mas cada vez com uma reterritorialização complementar: a mão locomotora como pata desterritorializada e reterritorializada nos galhos que usa para passar de uma árvore à outra; a mão preensível como locomoção desterritorializada e reterritorializada nos elementos tomados emprestados desviados, chamados utensílios, que ela brande ou propulsiona. Mas o próprio utensílio "vara" é um galho desterritorializado; e as grandes invenções humanas implicam uma passagem à estepe como floresta desterritorializada; ao mesmo tempo o homem é reterritorializado na estepe (Deleuze e Parnet, 1987:134).

Outra característica importante da desterritorialização aparece no segundo teorema, ao se questionar a relação comumente feita entre desterritorialização e velocidade:

De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais desterritorializado. A intensidade da desterritorialização não

deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento. De forma que o mais rápido conecta sua intensidade com a intensidade do mais lento, a qual, enquanto intensidade, não o sucede, mas trabalha simultaneamente sobre um outro estrato ou sobre um outro plano (1996:41).

Como sabemos através de exemplos geográficos muito concretos, não é simplesmente a velocidade do movimento que provoca ou intensifica a desterritorialização. Pode-se admitir, inclusive, não apenas uma desterritorialização na imobilidade, mas também uma territorialização na mobilidade, como desdobramos em maior detalhe no Capítulo 6. É interessante lembrar que mesmo a figura "desterritorializada" por excelência, o nômade, tão celebrada por Deleuze e Guattari, ela própria, em suas trajetórias costumeiras, possui um território²¹.

No terceiro teorema, Deleuze e Guattari irão relacionar as intensidades dentro do processo de des-reterritorialização e propor a distinção de dois tipos de desterritorialização: a desterritorialização relativa e a desterritorialização absoluta:

Pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge aqui um segundo sistema de reterritorializações, vertical, de baixo para cima. (...) Em regra geral, as desterritorializações relativas (transcodificação) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta (1996:41, destaques dos autores).

²¹ Segundo Antonioni (1999), o que diferencia o nômade do sedentário não é o fato de não ter um território, mas de que este território não é fechado, constrói-se sobre "um espaço aberto e indefinido, segundo um modo de distribuição muito singular, sem divisão, sem fronteiras, marcado por traços provisórios que se deslocam e que se modificam segundo o trajeto" (p. 56). A enorme controvérsia em torno do uso extremamente positivo que Deleuze e Guattari fazem do termo "nômade" encontra uma crítica geográfica muito consistente em Creswell, 1997, retomado mais à frente neste trabalho.



A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Esta desterritorialização é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível. No entanto, como veremos mais adiante, os dois processos se relacionam, um perpassa o outro. Além disso, devemos ressaltar novamente que, para os dois movimentos, existem também movimentos de reterritorialização.

Segundo Patton (2000), a distinção feita por Deleuze e Guattari entre desterritorialização absoluta e relativa diz respeito à dupla dimensão dos eventos, ou “entre eventos enquanto realizados em corpos e estados e o puro evento, que nunca se esgota em tais realizações”. Assim, a desterritorialização absoluta seria como “uma reserva de liberdade ou movimento, na realidade ou na terra, que é ativada onde quer que a desterritorialização relativa tenha lugar” (p. 136).

Primeiro, abordemos de maneira mais sucinta a desterritorialização absoluta, já que, como será observado, a desterritorialização relativa é que adquire maior vinculação com as preocupações do geógrafo. É importante começarmos por esclarecer o que os autores entendem por “absoluto”. Segundo eles, “o absoluto nada exprime de transcendente ou indiferenciado, nem mesmo exprime uma quantidade que ultrapassaria qualquer quantidade dada (relativa). Exprime apenas um tipo de movimento que se distingue qualitativamente do movimento relativo” (1997b:225-226). O termo absoluto, portanto, é um atributo que vai diferenciar a *naturaleza* deste tipo de desterritorialização; ele não marca uma superioridade ou uma dependência da desterritorialização relativa em relação à absoluta, ao contrário, como já afirmamos e retomaremos adiante, os dois movimentos perpassam um ao outro.

A desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari, o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro

Desta forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: “a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização” (1992:131). Esta reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado.

Deleuze e Guattari vão afirmar que “pensar não é nem um fio estendido entre o sujeito e o objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra” (1992:113). Eles querem pensar os encontros, os agenciamentos que se dão entre os fluxos e as intensidades de desejo do *socius* e como eles se inscrevem na própria terra. De outra forma, afirmam que, para que o pensamento exista, é necessário um solo, um meio, a própria terra.

No limite, a terra é a grande desterritorializada, pois a terra “pertence ao Cosmo” (1997b:225), por onde os fluxos e as intensidades vão percorrer e se fixar.

(...) os corpos e o ambiente são atravessados por velocidades muito diferentes de desterritorialização, por velocidades diferentes, cujas complementaridades formam continuidades de intensidade, mas também dão origem a processos de reterritorialização. No limite, é a própria Terra a desterritorializada (“o deserto cresce...”), e é o nômade, o homem da terra, o homem da desterritorialização — embora ele seja também o que não se move, o que permanece ligado ao ambiente, deserto ou estepe (Deleuze e Parnet, 1987:134).

Não podemos, portanto, nos esquecer do primeiro teorema da desterritorialização: nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Onde se dá a

reterritorialização da terra? Esta reterritorialização se dá de duas formas: na construção de territórios sociais (referentes ao processo de desterritorialização relativa) e no plano de imanência de um pensamento. Segundo os autores, "a desterritorialização é absoluta quando a terra entra no puro plano de imanência de um pensamento-Ser, de um pensamento-Natureza com movimentos dialgromáticos infinitos" (1992:117).

Através da Conclusão de *Mil Platôs*, em que os autores sintetizam alguns de seus conceitos básicos, é possível perceber a complexidade das dinâmicas de desterritorialização absoluta. Além da distinção entre desterritorializações relativa e absoluta, aparece a diferenciação entre um sentido negativo e um sentido positivo da desterritorialização. Assim, a desterritorialização relativa é negativa quando se encontra "recoberta por uma reterritorialização que a compensa", e positiva quando "se afirma através das reterritorializações, que jogam apenas um papel secundário". Na verdade, a desterritorialização relativa "de fato" é a negativa, pois nunca irá corresponder a uma "linha de fuga" no sentido proposto pelos autores.

A desterritorialização absoluta está relacionada à desterritorialização relativa num sentido positivo, "cada vez que ela realiza a criação de uma nova terra, isto é, cada vez que conecta as linhas de fuga, as conduz à potência de uma linha vital abstrata ou traça um plano de consistência" (Deleuze e Guattari, 1997b[1980]:226). Mas a desterritorialização absoluta também pode adquirir um sentido positivo ou negativo. A desterritorialização absoluta negativa é um "absoluto limitativo", quando "as linhas de fuga não são apenas bloqueadas ou segmentarizadas, mas convertem-se em linhas de destruição e de morte" (1997b:226).

A desterritorialização, tanto a relativa, em termos das linhas flexíveis, mas ainda segmentarizadas (moleculares), que comporta quanto a absoluta, em suas linhas de fuga que cruzam limitares rumo à criação de realidades efetivamente novas, comportam assim o negativo e o positivo:

... não apenas podemos descobrir numa linha flexível os mesmos perigos que na rígida, apenas miniaturizados, dispersos ou sobretudo molecularizados: pequenas comunidades edípicas substituíam a família Édipo, relacionamentos móveis de força se apossaram dos mecanismos de poder (...). E o pior ainda pode vir: são as próprias linhas flexíveis que produzem ou encontram seus próprios perigos, um limiar cruzado demadadamente rápido, uma intensidade se torna perigosa porque isto não poderia ser suportável. Você não tomou as precauções suficientes. Este é o fenômeno do "buraco negro": uma linha flexível cai num buraco negro do qual ela será incapaz de sair (Deleuze e Parnet, 1987:138).

Deleuze cita como exemplos destes "buracos negros" da desterritorialização os microfascismos analisados por Félix Guattari, que surgem mesmo fora do papel organizador do Estado e, no nível psicológico, a esquizofrenia. Outro perigo, por fim, que ele aponta para a linha de fuga, é o de cair em "linhas de abolição, de destruição, dos outros e de si mesmo" (p. 140).

Deleuze e Guattari mostram a intrínca inter-relação entre todos estes diferentes tipos de desterritorialização, cada um podendo desembocar no outro, na forma ou de simples conjunções, ou, mais enfaticamente, de conexões. Criação e destruição, contudo, são fundamentais para entender os sentidos positivo e negativo que podem decorrer da desterritorialização absoluta.

3.5. A desterritorialização relativa ou a desterritorialização do *socius*

Destacamos a desterritorialização relativa pela importância dos vínculos que ela permite fazer com a abordagem geográfica. Na verdade, ela mereceria um tratamento muito mais detalhado, mas como diz respeito a toda discussão subseqüente, e como não



iremos adotar a perspectiva deleuze-guattariana em sentido estrito no decorrer deste trabalho, os comentários sucintos que se seguem são suficientes para os propósitos deste capítulo. Tomaremos como base o livro *O Anti-Édipo*, em que Deleuze e Guattari desenvolvem uma verdadeira geo-história da desterritorialização, das sociedades tradicionais à sociedade capitalista.

Deleuze e Guattari (s/d) vão dar ênfase a este processo de desterritorialização porque é assim que eles entendem a criação do Estado e a dinâmica do capitalismo. Eles afirmam que o Estado e o capital vão operar por desterritorialização e sobrecodificação²². Mas enquanto o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois sua relação com a terra é totalmente distinta.

São identificados três grandes tipos de "máquinas sociais": a máquina territorial primitiva, a máquina despótica e a máquina capitalista. Embora não sejam vistas de modos excluídos e sucessivos (como na sucessão de modos de produção no sentido marxista mais tradicional), cada uma delas é dominante em determinado tipo de sociedade.

Percorrendo a construção de seu raciocínio, podemos dizer que os autores começam por se reportar à "unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção", que é a terra. Ela se constitui não apenas no "objeto múltiplo e dividido do trabalho, mas também [n]a entidade única indivisível, o corpo pleno que se rebete sobre as forças produtivas e se apropria delas como se fosse seu pressuposto natural ou divino" (Deleuze e Guattari, s/d:144). Esta "máquina territorial", afirmam, é "a primeira forma de *socius*, a máquina de

²² A noção de sobrecodificação está associada à noção de código, que "é empregada numa acepção bem ampla: ela pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos fluxos materiais. O termo 'sobrecodificação' corresponde a uma codificação de segundo grau" (Guattari e Rolnik, 1986:317-318).



inscrição primitiva, 'megamáquina' que cobre um campo social" (p. 144)²³. Seu funcionamento "consiste em declinar a aliança e a filiação, declinar as linhagens sobre o corpo da terra, antes que aí apareça um Estado" (s/d: 150).

É interessante notar que Deleuze e Guattari vão qualificar as territorialidades pré-capitalistas como dotadas de certa flexibilidade, o que faz parte, poderíamos dizer, de seu discurso muitas vezes bastante condescendente com o *socius* pré-moderno:

os segmentos sociais têm neste caso uma certa flexibilidade, de acordo com as tarefas e as situações, entre os dois pólos extremos de fusão e cisão; uma grande comunicabilidade entre heterogêneos, de modo que o ajustamento de um segmento a outro se pode fazer de múltiplas maneiras; uma construção local que impede que se possa determinar de antemão um domínio de base (econômico, político, jurídico, artístico) (1996:84-85).

Essa flexibilidade é um atributo dessas sociedades na medida em que não existe um aparelho de poder transcendente que delimita de forma rígida e despótica a organização social. Enquanto os autores atribuem uma flexibilidade às sociedades pré-capitalistas, eles afirmam que as sociedades capitalistas modernas possuem uma segmentaridade dura, onde a organização social é sobrecodificada por um aparelho despótico e transcendente do poder, uma máquina despótica que desterritorializa e disciplina os corpos (como na sociedade disciplinar de Foucault [1984]).

As territorialidades pré-capitalistas criam outras relações com a terra. Os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação estão fixados na terra. Não há uma

²³ "(...) a terra (...) é a superfície na qual todo o processo da produção se inscreve, onde os objetos, os meios e as forças de trabalho se registram e os agentes e produtos se distribuem. Ela aparece aqui como quase-causa da produção e objeto do desejo (...)" (Deleuze e Guattari, s/d:144).



exterioridade, uma separação entre os corpos sociais, técnicos, políticos, artísticos e os corpos da natureza. O que ocorre é que

a máquina primitiva subdivide a população, mas fá-lo numa terra indivisível onde se inscrevem as relações conectivas, disjuntivas e conjuntivas de cada segmento com os outros (por exemplo, a coeristência ou a complementaridade do chefe do segmento com o protetor da terra) (s/d:150).

Trata-se, pois, de duas relações muito distintas com a terra — enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, formando um *corpus* com o homem, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último, como na leitura hegeliana, caberá ao Estado.

Isto significa que o Estado e o capital irão impor um intenso processo de desterritorialização das sociedades pré-capitalistas. No que se refere ao capitalismo, os autores afirmam:

(...) no Capital, Marx mostra o encontro de dois elementos 'principais': dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de a comprar. Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e

pelas dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial etc. (s/d: 233-234).

Percebe-se aqui o poder desterritorializador do capital, seja num sentido extremamente negativo — para o trabalhador “livre e nu” reduzido à força física para a produção, seja num sentido positivo — para os capitalistas, que assim encontram os mecanismos abstratos agilizadores da acumulação.

Ao contrário da maioria das interpretações, que vêem o Estado como uma espécie de “fundador” da territorialização, pelo menos no seu sentido moderno, para Deleuze e Guattari o surgimento do Estado representa o primeiro grande movimento desterritorializador. Trata-se de uma perspectiva interessante, uma vez que a Geografia e a Ciência Política sempre trabalharam com a ideia de Estado territorial(izador), ligado ao controle político, jurídico, administrativo e militar, e articulado através de um determinado território. Este entendimento parece demonstrar uma ambigüidade da noção de territorialidade. A ambigüidade é desfeita se entendemos que, para Deleuze e Guattari,

quando a divisão se refere à própria terra devida a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não podemos ver nisto uma promoção da territorialidade, mas, pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização nas comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel é substituída por uma unidade transendente de natureza muito diferente que é a unidade do Estado: o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se ocupa tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (s/d: 150).

A territorialidade do Estado se faz neste processo de desterritorialização (dentro da proposição do primeiro teorema). O Estado se reterritorializa no processo de sobrecoodificação, ou seja, constrói



novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação.

Após a exposição destas organizações sociais distintas, onde os processos de desterritorialização e reterritorialização possuem naturezas e agenciamentos diferentes, podemos nos deter em exemplos mais concretos da desterritorialização e reterritorialização nas sociedades capitalistas contemporâneas. Conforme já discutamos, Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Isto significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas.

No cotidiano, a dinâmica mais comum é que passemos constantemente de um território para outro. Trata-se de uma desterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado. Por exemplo, o operário de uma fábrica de automóveis. No decorrer do dia, ele atravessa basicamente dois territórios — o território familiar e o território do trabalho. Em cada um deles existem agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação muito distintos. Na família os corpos estão dispostos nas figuras do Pai, da Mãe e do Filho. Um triângulo hierárquico, imerso na castração, no Édipo e nos decalques — o filho sendo decalcado e remeido ao pai; esquadrinhado e decalcado na cama e nos braços da mãe; o regime alimentar e o regime sexual a que nos referimos antes são agenciamentos que compõem a família — vergonha do corpo, sexualidade oprimida, hora do jantar, todos juntos à mesa. Na fábrica, os corpos são outros, os agenciamentos coletivos de enunciação são outros. É um corpo técnico-científico, um aparato disciplinar, controle do tempo e do corpo, hierarquia de funções; são enunciados diferentes — é a cor verde para aumentar a produção, é a sirene que avisa a hora de parar o trabalho.



Outro exemplo bastante rico é o do bóia-fria morador de periferias urbanas: este trabalhador está em constante processo de desterritorialização e reterritorialização. Enquanto a época da colheita não chega, ele habita a periferia urbana e está imerso em um imenso conjunto de agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, totalmente diferentes dos agenciamentos que teria enquanto trabalhador rural assalariado. Enquanto morador urbano, ele possui uma determinada dinâmica em sua territorialidade. Na periferia, ele pode construir uma série de territórios e passar em cada um deles no decorrer do dia, como o operário da fábrica. É evidente que seus territórios serão outros, mas a dinâmica de passagem por vários territórios é semelhante. Existe seu território de morador, onde ele conhece os códigos territoriais e as relações de poder que compreendem sua "comunidade". Existe o território do trabalho, que é muito mais difícil de delimitar do que o do operário fabril. Em um dia, ele é pedreiro; no outro, porteiro, segurança etc. Quando chega a época da colheita, ele se desterritorializa, abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho na lavoura. Quando este termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana.

Neste momento, devemos promover o encontro entre desterritorialização absoluta e desterritorialização relativa. Afirmamos anteriormente que ambas perpassam uma a outra e que o pensamento necessita de um meio — a própria terra. "Resta que a desterritorialização absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais" (1992:117). Para o pensamento existir, é necessário um encontro. O maior exemplo citado pelos autores é o da Filosofia. Deleuze e Guattari argumentam que,

para que a filosofia nascesse, foi preciso um encontro entre o meio grego e o plano de immanência do pensamento. Foi preciso a conjunção de dois movimentos de desterritorialização muito diferentes, o relativo e o absoluto, o primeiro operando já na



imanência. Foi preciso que a desterritorialização absoluta do plano de pensamento se ajustasse ou se conectasse diretamente com a desterritorialização relativa da sociedade grega (1992:122).

Este pensamento trabalha buscando identificar os encontros.

É fundamental, aí, identificar o que foi preciso encontrar-se, conectar-se, romper-se, para que o pensamento e o *socius* como tais se constituíssem — em síntese, que territórios foi preciso destruir e que outros territórios foi preciso construir para que essa realidade emergisse.

Deleuze e Guattari vão afirmar que a Filosofia “é uma geofilosofia exatamente como a história é uma geo-história, do ponto de vista de Braudel” (1992:125). Estas afirmações são fruto de um pensamento que é produzido a partir dos encontros, dos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, da construção do plano de imanência do pensamento, que por sua vez também é povoado por conceitos.

Desta forma, os autores nos ajudam a construir tanto uma Geografia do *socius*, que nos interessa mais diretamente, quanto uma Geografia do pensamento, tendo a clareza de que ambas passam uma à outra, tal como a desterritorialização absoluta e a desterritorialização relativa. “Mas é em campos sociais concretos, em movimentos específicos”, ressalta Deleuze, “que os movimentos comparativos de desterritorialização, os *continuum*s de intensidade e a combinação de fluxos que eles formam, devem ser estudados” (Deleuze e Parnet, 1987:135).

Sem dúvida esta abordagem, por maiores que sejam nossas ressalvas em relação a alguns pressupostos filosóficos (e suas repercussões políticas) ou a noções como a de “desterritorialização absoluta” (porque geograficamente nunca “absoluta”), ajuda-nos a demonstrar a importância da Geografia, uma vez que, aí, ela se torna uma condição para a própria História e não uma mera disciplina “accessória”.



Deleuze e Guattari afirmam que:

a geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela a arranca do culto dos origens, para afirmar a potência de um “meio” (o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente: o filósofo deixa de ser cometa...). Ela a arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma para des-cobrir os devires, que não são a história mesmo quando nela recaem (...) (1992:125).

Assim como a História foi predominantemente “escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, (...) inclusive quando se falava sobre nômades” (1995a: 35), a Geografia menosprezou as dinâmicas des-re-territorializadoras como centro de sua análise. Deleuze e Guattari, na radicalidade de seu pensamento, na riqueza (e ambivalência) de suas metáforas-conceitos, no mínimo são um alerta para esta guinada necessária. Ainda que tenhamos de retirar o “nomadismo” de sua condição metafórica algo romântica e a-histórica (Kaplan, 2000; ver o Capítulo 6), ele é indicativo de uma indubitável centralidade requisitada pelos estudos espaciais em torno dos fenômenos de deslocamento e das des-conexões, especialmente diante da nossa nova experiência “pós-moderna” de espaço-tempo.

